

Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária

Antonio Maciel Botelho Machado

Doutor em Sistemas de Produção Agrícola Familiar pela Universidade Federal de Pelotas -
Faculdade de Agronomia “Eliseu Maciel”
Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Florestas)
E-mail: maciel@cnpf.embrapa.br

Helvio Debli Casalinho

Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas
Professor da Universidade Federal de Pelotas - Faculdade de Agronomia “Eliseu Maciel”
E-mail: helvioldc@ufpel.edu.br

Resumo

Este artigo trata de uma reflexão sobre a pluriatividade como fenômeno do capitalismo contemporâneo, que traz implicações negativas para o camponês brasileiro e para um processo massivo de reforma agrária. Dessa forma, irá contrapor conceitos que navegam em direções contrárias: o de agricultura camponesa e reforma agrária com o de agricultura familiar e pluriatividade.

Palavras-chave: Agricultura familiar, trabalhador rural “sem-terra”, relações de trabalho rural, desenvolvimento rural, ruralidade.

Resumem

Crítica a la pluriactividad y sus relaciones con el campesinato y la reforma agrária

El presente artículo trata de una reflexión sobre la pluriactividad como fenómeno del capitalismo contemporáneo, que trae implicaciones negativas para el campesinado brasileño y para un proceso masivo de reforma agrária. De esa forma, se compararan conceptos que van en dirección contrária: el de agricultura campesina y de la reforma agrária con el de agricultura familiar y pluriactividad.

Palabras clave: Agricultura campesina, trabajador rural “sin-tierra”, relaciones de trabajo rural, desarrollo rural, ruralidad.

Abstract

A critique of pluriactivity and its relationship to the peasantry and agrarian reform

This article is a reflection of pluriactivity – part-time farming, mixed with other economic activity - as a phenomenon of contemporary capitalism that has negative consequences for Brazilian peasants and the agrarian reform project. The article contrasts concepts that set courses that sail away in opposite directions: that of the dichotomy between peasant agriculture/agrarian reform and family farming/pluriactivity.

Keywords: Family farming, landless rural workers, rural development, rural labor relations, rurality.

Introdução

A categoria “agricultura familiar”¹ foi incorporada por volta dos anos de 1990 no universo das questões agrárias do Brasil, seja na academia, no aparelho de Estado ou junto aos movimentos sociais mais próximos da linha sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil). Junto à questão da “agricultura familiar” surge outro tema – a pluriatividade, que passou a fazer parte de uma complexa discussão acadêmica. O termo pluriatividade começa a ser utilizado no continente europeu desde a década de 1970, é “revitalizado”² nos anos de 1980, sendo incorporado por pesquisadores brasileiros na década de 1990, com destaque no projeto “Rurbano”, de 1997, coordenado pelo professor José Graziano da Silva, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que tinha como objetivo desenvolver metodologias para quantificar a expansão das atividades não agrícolas no espaço rural brasileiro.

A pluriatividade está intimamente ligada à reprodução da agricultura familiar e se refere a circunstâncias específicas do processo de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Ao se orientar as políticas públicas no sentido do estímulo à pluriatividade da família camponesa, revela-se uma determinada interpretação da questão agrária que, como discutiremos mais adiante, considera a reforma agrária como secundária para a transformação da sociedade brasileira e das relações no campo.

A partir de uma breve revisão teórica sobre a ‘pluriatividade’ junto às mais destacadas contribuições nesse âmbito, buscar-se-á, nesse artigo, uma reflexão sobre o significado desse fenômeno para o camponês brasileiro, procurando diferenciá-lo do conceito genérico de ‘múltiplas atividades’, com um olhar mais voltado para os produtores assentados nos projetos de reforma agrária.

A pluriatividade como categoria teórica

A partir de uma criteriosa revisão bibliográfica realizada por Sacco dos Anjos (2003, p.79-86), ficou evidente que o termo pluriatividade “permite condensar, num só conceito, duas outras noções fundamentais: a agricultura a tempo parcial e a diversificação econômica e produtiva”. Outras conclusões apresentadas por esse autor se referem a não exclusividade de “agricultores com baixos ingressos agrícolas, marginais ou oriundos de zonas desfavorecidas, os que se lançam às estratégias de diversificação de atividades e ingressos”.

Do ponto de vista da economia política, Sacco dos Anjos, citando Marsden (1989), diz que a pluriatividade seria uma “estratégia de ajustamento”, ou seja, a forma encontrada por algumas famílias rurais no sentido de enfrentar um contexto social e econômico adverso e marcado por “incertezas”. Esse argumento refere-se à reestruturação do capitalismo, quando se verifica perda de centralidade econômica da agricultura. Alguns autores defendem que com a pluriatividade surge a possibilidade da “aparição de um estilo de vida peculiar, mais plural e enriquecedor, que assegura um maior nível de satisfação pessoal aos praticantes, se comparada com situação típica do agricultor monoativo.” (SACCO DOS ANJOS, 2003 p.84).

Do ponto de vista sociológico, Sacco dos Anjos aponta algumas questões que se apresentam associadas ao conceito de pluriatividade: a) crescente “masculinização” das atividades agrárias; b) mudanças no nível da dinâmica interna dos grupos domésticos; c)

¹ Segundo José de Souza Martins (1986, p.22), “camponês” não é uma mera palavra; é um conceito que designa uma situação de classe e dá unidade às lutas camponesas. É, portanto, uma palavra política e designa uma determinada concepção da história e das lutas políticas.

² Fuller, citado por Sacco dos Anjos (2003, p.79) justifica esse reaquecimento teórico do termo pluriatividade em função do que ele chamou de “revitalização” do estudo desse fenômeno pelas formas recentes de produção e reprodução das forças de trabalho no meio rural europeu no período compreendido entre os anos de 1975 e 1983.

alteração no balanço de poder no interior das famílias pluriativas; d) melhoria do *status* feminino e redução do peso do patriarcalismo. Em contrapartida, ele cita outros autores, como Pfeffer (1989), que demonstram o crescimento da “feminização” da produção agrícola em ambientes praticantes da agricultura a tempo parcial na Alemanha. Por fim, Sacco dos Anjos (op. cit. pp.84-86) apresenta os estudos que destacam o papel da família enquanto unidade de observação da pluriatividade nos processos de herança e sucessão nas unidades produtivas e a discussão existente sobre o espaço e a ruptura da dicotomia entre o rural e o urbano.

Como definição teórica de pluriatividade, Sacco dos Anjos (op. cit. p.90-91) expressa:

[...] trata-se de um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolverem-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização a nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno.

Entretanto, o mesmo autor adverte que as circunstâncias internas às propriedades não são suficientes para definir integralmente a pluriatividade. Dessa forma, há que se considerar que “não se trata (apenas) de um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista”. Por isso, o autor recupera os conceitos de “industrialização difusa” e da “descentralização industrial”³ como questões importantes para se localizar a pluriatividade na atualidade. (SACCO DOS ANJOS, 2003).

Analisando o mundo agrário sob a ótica da globalização, Ianni (1999, p.42) vincula o “modo de vida no campo em suas formas de organização do trabalho e produção, em seus padrões e ideais socioculturais, em seus significados políticos”, com a revolução que o capitalismo está produzindo com a globalização. Conclui sua reflexão entendendo que “tudo o que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global”.

Dessa forma, para se refletir sobre a pluriatividade enquanto categoria teórica que se refere a um fenômeno contemporâneo, torna-se necessário explicitar, ainda que resumidamente, o contexto do modelo de desenvolvimento rural do qual faz parte.

Inicialmente, deve-se destacar o esgotamento do modelo “fordista” enquanto sistema de organização do trabalho, em especial no setor industrial, responsável pelo processo de acumulação ampliada do capital em escala mundial. Tal modelo, hegemônico no pós-guerra, sob o controle econômico e tecnológico dos Estados Unidos da América, irradiou um determinado modo de dominação para os demais países que compunham o bloco por ele liderado.

A Europa, destruída pela guerra, recebe maciços investimentos para a reconstrução e ampliação tanto das cidades como de seu parque industrial. Os demais países chamados de “terceiro mundo” - América Latina e África, passaram a ser tutelados por programas como a “Aliança para o Progresso”, com recursos do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano (BID). Obviamente, o caminho do desenvolvimento trilhado por esses países, chamados na época de “subdesenvolvidos”, favoreceu a acumulação capitalista em todas as suas facetas.

³ Sobre essas novas formas de expansão industrial Sacco dos Anjos (2003, p.100) apresenta estudos realizados no Sul do Brasil, em especial no Estado de Santa Catarina com a incorporação de mão de obra rural pela indústria têxtil, no Vale do Rio Itajaí; no ramo da alimentação, no litoral Norte Catarinense e, também, na indústria de calçados no Rio Grande do Sul, estudada por Schneider (1999).

É nesse contexto que o conceito de “pluriatividade” forja-se na Europa ainda na década de 1940, ficando, contudo, em gestação, até o final da década de 1970, momento em que foi utilizado na Política Agrícola Comum (PAC). O termo *pluriactivité* (pluriatividade) servia para designar as atividades não agrícolas realizadas pelos agricultores familiares, naquele momento, que eram diferentes das “múltiplas atividades” que sempre realizaram. Estas últimas pressupõem todas as atividades agrícolas ou não agrícolas desenvolvidas dentro ou fora da porteira e, essencialmente, relacionadas à produção agrícola e a formas de sustento da vida familiar. Portanto, elas não se referem a atividades assalariadas. Para Garrier e Hubscher (1988), citados por Schneider (2003, p.104), “as atividades não agrícolas sempre foram praticadas por camponeses, pois integram o próprio modo de vida das sociedades rurais que não conhecem a rígida divisão social do trabalho e do espaço que caracteriza as sociedades capitalistas contemporâneas”.

Na Europa, após o término da II Guerra Mundial em 1945, a questão fundamental era a recuperação física, econômica e política. Por isso, já em 1951 foi assinado o “Tratado de Paris”, que tinha como pontos centrais a reconstrução e unificação dos Estados europeus. Daí em diante, aconteceu um processo contínuo de modernização e industrialização. Hervieu (1999) abordou, em seu livro “Los campos del futuro”, a desterritorialização que aconteceu na década de 1990 e as inúmeras rupturas que ocorreram na agricultura camponesa francesa em decorrência desse processo, principalmente de ordem demográfica, na família, no território e na alimentação, gerando forte reação popular, a qual tinha como slogan: “Não queremos um país sem agricultores”.

O reflexo desse progresso, na agricultura, pode ser visto pelo grau de especialização e desempenho alcançado nas sucessivas safras de grãos, colocando-se a Europa no posto de segundo maior produtor mundial de alimentos, segundo dados da FAO (2008).

Nesse processo de crescimento produtivo sob forte pressão do Estado sobre os agricultores pela modernização, incorporação de novas tecnologias e capacitação contínua, os camponeses europeus desenvolveram formas de resistência à própria desaparecimento e não só para o aumento de suas rendas, que podiam ser percebidas pelo comportamento de um grande número deles ao se manterem ligados a outras atividades não agrícolas.

Sem a necessidade de um excursão sobre o processo econômico e político que forjou a história agrícola e agrária do Brasil nessa segunda metade do século XX, apenas como síntese, cabe ressaltar o caráter industrial do processo de modernização⁴ da agricultura, consolidando a passagem de atividades tipicamente artesanais para um sistema de produção em base manufatureira. Segundo Silva (1996), o que caracterizou a transição do “complexo rural” para o controle do “complexo agroindustrial” foram:

[...] a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão social do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo consumo produtivo interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário.

O modelo de modernização da agricultura imprimiu ao campesinato brasileiro mudanças significativas. Segundo Ianni (1999, p.48), “aos poucos, ou de forma acelerada, conforme o setor produtivo, a ação ou a região, o mundo agrário transforma-se em conformidade com as exigências da industrialização e urbanização”. Esse autor se aproxima do eixo central deste artigo quando afirma que “a produção agrícola transforma-se em um setor da produção industrial subordinada aos seus imperativos e submetida às suas exigências”.

Silva (1996, p.173) entende que esse domínio do “Complexo Agroindustrial” apontou para uma diferenciação camponesa em duas vertentes. A primeira, relacionada ao imenso grupo de famílias de agricultores que perderam seu papel na produção agrícola, sobrando-

⁴ Para Silva (1996, p.19), modernização da agricultura refere-se ao “processo de transformação na base técnica da produção” desse setor da economia a partir dos avanços tecnológicos do período seguinte à II Guerra Mundial.

lhes o espaço rural apenas como local de moradia e uma insignificante produção para o autoconsumo; a segunda, de produtores rurais mais “tecnificados, que integraram-se aos complexos agroindustriais, aliando um patrimônio imobilizado cada vez maior a menores níveis de organização de seu próprio processo produtivo”.

O projeto para o meio rural brasileiro, sob o enfoque da industrialização da agricultura, promoveu uma proletarização rural, fato chave para a nova dinâmica de acumulação capitalista no campo. Com a perda da função de produzir alimentos, o produtor rural camponês que não se atrela às cadeias verticais de integração com a agroindústria é forçado a deixar sua propriedade para vender sua força de trabalho, seja em tempo total ou parcial, em outras esferas do circuito capitalista. A literatura apresenta exemplos até de fluxos internacionais, como o caso de trabalhadores haitianos que vão cortar cana-de-açúcar nos EUA, por salários inferiores aos lá praticados. (MARTINS, 2000, p.170).

Dessa forma, a noção de pluriatividade, conforme os conceitos acima descritos, está imersa num contexto rural subordinado aos novos processos e exigências da indústria e da urbanização. Na atualidade, todas as relações econômicas que se estabelecem nesse espaço rural estão inexoravelmente submetidas aos interesses do capital. Por isso, Alentejano (2001, p.152) afirma que:

[...] o desenvolvimento da pluriatividade significa uma forma de acentuação da exploração capitalista, na medida em que faz parte do conjunto de transformações em curso no mundo de hoje que apontam para a flexibilização e precarização das relações de trabalho e para a reestruturação produtiva, que têm como efeito básico o aumento da exploração do trabalho e a ampliação da margem de lucro dos capitalistas.

Carneiro (2006, p. 173) faz menção a essa relação estreita do agricultor pluriativo com as formas modernas e globalizadas da relação capitalista. Segundo essa autora, “a pluriatividade aciona uma outra relação com o trabalho, uma relação plural fruto de uma fase do capitalismo marcada pela flexibilização dos contratos de trabalho e pela terceirização”. Além disso, para essa autora, a pluriatividade “só ganha sentido quando se relaciona com a política agrícola que estimulou a especialização da produção e do trabalho.” (CARNEIRO, 1996, citada por SCHNEIDER, 2003, p.105)

Nesse sentido, não é possível confundir o que se designa por pluriatividade com o mero entendimento de “múltiplas atividades” realizadas pela família camponesa. O conceito se refere à execução de atividades não agrícolas na forma atual de acumulação do capital. Como afirma Carneiro (2006, p.178):

O que ganhamos em compreensão desse fenômeno ao identificarmos como pluriatividade toda e qualquer atividade que não seja estritamente a de produção de alimentos e fibras? Não estaríamos correndo o risco de ampliar tanto o uso dessa noção que acabaríamos comprometendo gravemente o seu conteúdo explicativo e sua operacionalidade como categoria classificatória de processos sociais agrários?

Caracterizado o fenômeno da pluriatividade como contemporâneo e dentro de um determinado modelo de desenvolvimento rural sob a hegemonia do capital, torna-se necessário, no próximo item desse artigo, aproximá-lo e diferenciá-lo do sentido de “múltiplas atividades” (agrícolas e não agrícolas) dos camponeses em tempos e espaços diferentes. Essa empreitada será necessária para que se possa refletir sobre os problemas da pluriatividade no âmbito dos assentamentos realizados pelo Estado brasileiro desde a década de 1980, sob a pressão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esses assentamentos, sem uma política efetiva de reforma agrária, são lançados no cenário anteriormente traçado, em condições muito desfavoráveis.

Torna-se importante que se diferencie quando as famílias assentadas estariam sendo pluriativas, com suas implicações, e quando estariam realizando 'múltiplas atividades' e as implicações desse outro fenômeno.

As “múltiplas atividades” do campesinato

[...] a produtividade dos dias restantes da semana, à disposição do produtor imediato, é de magnitude variável, que se desenvolve com a experiência, ao mesmo tempo que as novas necessidades que passa a conhecer, a expansão do mercado para os produtos dele, a segurança crescente com que usa essa parte da força de trabalho incitam-no a distendê-la mais. Não se deve esquecer aí que o emprego dessa força de trabalho não se limita à agricultura, mas abrange também a indústria doméstica rural. Existe aí a possibilidade de certo desenvolvimento econômico, dependendo naturalmente de circunstâncias favoráveis, de caracteres étnicos congêntos, etc. (MARX, 1968b, p.910).

Esse trecho de Marx refere-se ao período feudal na Europa e mostra que o camponês, não sendo o proprietário da terra, era obrigado a trabalhar para si e para a corveia devida ao proprietário, ou, em outra situação, pagando tributo, equivalente à renda da terra, ao senhor ou ao próprio estado. De qualquer forma, o texto destaca a existência de uma forma não agrícola de produção no interior da unidade familiar, considerada aqui como indústria doméstica rural. Dessa forma, explicita que o camponês sempre sofreu expropriação e não se ateve somente ao trabalho agrícola porque se constitui como unidade produtiva e reprodutiva, diferentemente de outros trabalhadores.

Outros textos na obra de Marx dão conta de diversas atividades agrícolas e não agrícolas que o camponês realiza fora de sua unidade de produção com essa mesma finalidade. Relatando, como exemplo, o caso da Polônia e da Romênia, após a transição para uma economia camponesa independente, Marx (1968b, p. 920) descreve a situação do camponês que continuou a ser obrigado a cultivar uma parte da terra de forma coletiva e cujos excedentes se voltavam para o pagamento de despesas comunitárias ou reservas para más colheitas pelo grupo comunitário. Dessa forma, outras atividades produtivas, dentro ou fora do circuito de sua própria unidade familiar de produção, podem ter como finalidades tanto a ampliação da sua própria renda, como a de realizar trabalho excedente como forma de pagar a renda fundiária ou saldar outras dívidas.

O campesinato era caracterizado, na Idade Média, pela existência de uma unidade familiar responsável pela produção de alimentos e fibras, retirada de energia, lenha, turfa, além de outras atividades típicas familiares, como a produção de vestimentas, mobiliários e utensílios. No fim do século XIV, o sistema de servidão chega ao fim na Inglaterra, ao que se inicia a passagem para o sistema capitalista. Essa transição aconteceu a partir de uma fase de barbárie chamada por Marx (1968a, p.830) de “Acumulação Primitiva”. Segundo o autor, “o processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos”.

Nesse período, a maior parte da população rural inglesa era composta de camponeses proprietários, que além de cultivar suas terras e as terras comuns, ainda vendiam sua mão de obra nas grandes propriedades senhoriais. Marx (1968a, p.832) nos diz que “eram assalariados da agricultura os camponeses que utilizavam seu tempo de lazer trabalhando para os grandes proprietários, e os assalariados propriamente ditos, uma classe independente, relativa e absolutamente pouco numerosa.”

O início das transformações sociais que culminaram no modo de produção capitalista se deu com o fim das vassalagens entre o século XV e início do século XVI, ao mesmo tempo em que acontece o cercamento das terras comuns, reduzindo as áreas de plantios e criação de animais, o que obrigou o campesinato a abandonar, de forma violenta, suas terras e se tornar exército de reserva para a indústria nas grandes cidades inglesas. Além disso, a transformação da propriedade feudal em propriedade privada moderna e o roubo das propriedades e bens da igreja católica foram os principais métodos usados na acumulação primitiva por parte do capital. Esse período prolonga-se até o início do século XIX quando praticamente o campesinato já havia sido exterminado na Inglaterra.

Kautsky (1986, p.149), no final do século XIX, estudando as consequências do sistema capitalista no espaço rural da Alemanha, analisa e descreve as diferentes formas utilizadas pelo capital no processo de expropriação do camponês, a maneira que o capital penetra nas relações do campo e como a modernização da agricultura arruína as antigas formas e relações de produção, destruindo a pequena propriedade e obrigando o camponês a se integrar em um novo modo de produção, dessa vez como proletário do campo. Segundo esse autor,

A destruição da indústria camponesa de sustentação obriga o pequeno lavrador a procurar um emprego adicional para reforçar seu orçamento doméstico no momento em que suas terras passam a fornecer-lhe, no máximo, o alimento necessário para a sua subsistência, mas nenhum excedente negociável. O pequeno lavrador dispõe, de fato, do tempo necessário para realizar esse trabalho acessório, pois sua própria atividade agrícola exige dedicação total apenas em certos períodos do ano. (KAUTSKY, 1986, p. 149)

No mesmo período em que Kautsky, na Alemanha, lançava seu livro “A questão agrária”, na Rússia, Lênin apresentava “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, obra de referência marxista na qual vincula a ruína camponesa à emergência capitalista, engendrando, com a industrialização, conflitos de classe. Lênin, utilizando-se de dados dos censos estatísticos realizados pela autoadministração das províncias centrais da Rússia, os Zemstvos, desenvolveu a tese da “diferenciação social” do campesinato que mostrava a decomposição desse imenso coletivo em patrões (poucos) e operários agrícolas (a maioria).

Uma outra escola teórica tem origem nas ideias do populismo russo para o qual a revolução socialista não necessitaria passar pela ditadura do proletariado, uma vez que o campesinato daquele país era forte o suficiente para garantir a produção de alimentos para toda a Europa. Chayanov (1974), junto a outros colaboradores, desenvolveu a polêmica “Teoria da Unidade Econômica Camponesa”, em que descreve a existência de uma “racionalidade” diferente das formas empresariais. O autor conclui que a força de trabalho numa unidade familiar de produção é definida pelo tamanho da família. Esta, por sua vez, determina o tamanho da atividade familiar, o nível geral da intensidade do trabalho e o grau de satisfação das necessidades para as condições específicas de um determinado mercado e dos demais fatores de produção disponíveis (terra e capital), além do próprio consumo da família.

Em outra publicação importante de Chayanov (1987), a novela “Viaje de mi hermano Aléxis al país de la utopia campesina”, o autor imagina uma sociedade regida por um sistema social e político com hegemonia camponesa, impossível de existir em um país socialista, anarquista ou capitalista. Essa República, baseada na exploração familiar camponesa, que nos sistemas anteriores era vista como em extinção, passava agora a ter um *status* de modernidade, em que o trabalho rural era planejado, altamente prazeroso, gratificante e a valorização camponesa se apresentava em toda a plenitude, e onde não se dissolvia a unidade de produção e reprodução da família, mas que indicava múltiplas atividades de seus membros nesse processo (atividades agrícolas e não agrícolas).

Tanto os autores que explicitam a tendência à destruição do camponês a partir do capitalismo, como aqueles que procuram compreender suas formas de resistência e possibilidades de permanência, indicam as diferentes estratégias de luta e persistência desse grupo social na história.

Os autores clássicos da sociologia rural, cujas teses principais foram apresentadas de forma bastante resumida, abordaram a relação do camponês no circuito capitalista. Destacaram, também, como em diferentes situações ao longo da história, o camponês teve de lançar mão do trabalho fora de sua propriedade ou mesmo realizar atividades não necessariamente agrícolas que possibilitassem sua reprodução enquanto unidade familiar de produção.

Porém, a questão que se colocava para Marx (1975, p.65) era a “separação entre o trabalho livre e as condições objetivas de sua realização – ou seja, a separação entre os

meios de trabalho (*arbeitsmittel*) e o objeto de trabalho [...]. E, portanto acima de tudo, separação entre o trabalhador e a terra como laboratório natural”. Hobsbawm, no prefácio dos Grundrisse (Marx, 1975. p.17), complementa a passagem citada, afirmando que “essa separação se completa, finalmente, sob o capitalismo, quando o trabalhador é reduzido a simples força-de-trabalho e, podemos acrescentar, inversamente a propriedade se reduz ao controle dos meios de produção, inteiramente divorciado do trabalho”. Portanto, quando a unidade familiar vai deixando de ser uma unidade de produção, sendo a atividade agrícola cada vez mais complementar e as atividades assalariadas ou terceirizadas pela indústria vão se tornando centrais para os membros da família rural, o processo em curso é de destruição do camponês.

Para explicar esse fenômeno, do ponto de vista da territorialidade, Fernandes (2009) construiu uma tipificação dos territórios, considerando o primeiro nível como sendo o espaço de governança; o segundo, o do território propriedade; e o último, como sendo os espaços relacionais. Ao analisar o território propriedade, o autor faz uma diferença entre as lutas socioterritoriais do campo e da cidade. “Nas cidades, com a supremacia do trabalho assalariado, os territórios dos trabalhadores são suas moradias. Os locais de trabalho são predominantemente territórios do capital”, sendo que as conflitualidades que acontecem entre patrão e empregado se dão no âmbito da disputa pela riqueza produzida pelo trabalho. Diferentemente para a propriedade camponesa que reúne, intrinsecamente, moradia e trabalho em um único e indivisível território, ao se romper um desses dois elos, moradia ou trabalho, acontece a desterritorialização do camponês. Para Harvey (2003), citado por Fernandes (2009), a destruição dos territórios camponeses (e indígenas) por força da expansão capitalista foi definida como um processo de “acumulação por espoliação”. Fernandes conclui que essa forma de acumulação é um estágio avançado das relações capitalistas e que determina que o capital recrie com menos intensidade trabalhadores assalariados e territórios camponeses.

O camponês brasileiro, mesmo na realidade do Sul do Brasil, conforme detalhado por Sacco dos Anjos (2003), ao se engajar em trabalho fora da sua unidade de produção, mantendo-se ligado à terra em regime de trabalho ‘*part time*’, está gradualmente se despojando dos laços que o ligam à terra e aos seus meios de produção. Pode-se afirmar que se trata de uma forma de expropriação lenta, inicialmente, dos meios de produção, e mais tarde da expropriação completa com a venda da terra. Como exemplo, poderíamos apresentar um depoimento constante na pesquisa de Teixeira, citado por Alentejano (2001, p.168), que mostra camponeses da região de Lumiar e São Pedro da Serra, localidades próximas ao município de Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, que preferem vender suas terras e, imediatamente, empregar-se como caseiros nas suas antigas propriedades, em virtude da especulação imobiliária existente na região. Como nas relações da indústria do turismo, atividade que pode ser inserida na lógica do capital, esse trabalhador, exproprietário da terra, não possui nenhuma segurança a respeito da manutenção de sua nova ocupação. Caso aconteça o rompimento desse posto de trabalho, só lhe restará a busca, cada vez mais árdua, por outro emprego, agora já expropriado de sua terra.

Em artigo enviado recentemente para a secretaria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) pelo Professor Mammen Varkey (2010), da Vichara Mavelikkara, Kerala, Índia, o autor apresenta dados de seu país, mostrando que 8 milhões de pessoas têm migrado nos últimos anos do setor agrícola para a cidade e que o número de suicídios entre agricultores camponeses chega a quase 200 mil casos no período de 1997 a 2008. Conclui Varkey (2010):

O declínio de gastos do governo no setor agrícola não é a única ou talvez a mais importante razão que está por trás dessa crise agrária. Antes da introdução das políticas econômicas neoliberais, embora as comunidades agrícolas tivessem problemas econômicos, elas tinham poder político. Ao contrário, os camponeses e trabalhadores rurais estão hoje politicamente sem poder. Os legisladores hoje ao abordar essas questões, nacional ou internacionalmente, manipulam as estatísticas e ou convertem a agricultura em uma indústria para a produção de produtos para a exportação. Eles não

consideram a agricultura como um setor que tem que produzir alimentos para sustentar o povo. E para isso buscam soluções baseadas no mercado ou em tecnologia.

De acordo com Marx (1983, p.282), se antes do processo de divisão parcelar do trabalho, “o trabalhador e seus meios de produção permaneciam unidos como o caracol e sua concha”, agora o trabalhador perde o domínio do processo produtivo, além de haver uma separação radical do trabalhador com seus meios de produção. Essa divisão parcelar do trabalho deforma o trabalhador, impedindo-o de desenvolver processos criativos que antes eram realizados no âmbito do trabalho, provocando a alienação. Para Antunes (2005), a grande questão do nosso tempo é o desafio da sociedade em recuperar essa indissolúvel unidade.

Mészáros (2002, p.665) explica que neste processo de ruptura entre o trabalhador e seus meios de produção, as partes não lucrativas para o sistema são consideradas “capitalisticamente inúteis”, portanto, sujeitas à exclusão. Para esse autor, “a dinâmica expansionista deve assumir, como resultado de tais imperativos, a forma da concentração e centralização de capital, as partes relativamente ineficientes do capital social total acabam inevitavelmente abandonadas à margem do caminho, à medida que 'prematuramente' vão se tornando 'excedentes sobre a demanda’”.

Implicações da pluriatividade na reforma agrária

A reforma agrária, *lato sensu*, vem sendo postergada e constituída apenas no discurso político. Quando realizadas as ações pontuais de assentamentos ou regularizações fundiárias, elas se dão, na maior parte das vezes, como reação ou resposta à pressão dos movimentos sociais.⁵ No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em razão de determinantes políticos, a reforma agrária sofreu um atraso em sua implementação, o que provocou, durante o período de seu governo, fortes pressões por parte dos movimentos sociais ligados à luta pela terra, havendo um agravamento dos conflitos no campo. Contraditoriamente, em seu discurso na Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, em Roma, em 18 de novembro de 1999, Cardoso (1999) utiliza-se de um texto que camufla a real situação dos mais de 4 milhões de 'sem terras' no Brasil,⁶ proclamando a importância da reforma agrária. Segundo ele,

Assentamos em quatro anos mais de 280 mil famílias, ou cerca de um milhão e meio de pessoas. Isto supera o total de assentados nos trinta anos anteriores. A área desapropriada para a reforma agrária, de 1995 a 1998, foi de aproximadamente 7 milhões de hectares, uma área equivalente ao território da Irlanda ou ao de duas Bélgica. As dimensões dessas cifras revelam a magnitude da tarefa de democratizar o acesso à terra no Brasil, tarefa que vai além do trabalho de assentamento, por mais crucial que seja.

Em seu governo, Fernando Henrique extingue o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Propera),⁷ cria o Ministério do Desenvolvimento Agrário, (MDA), o

⁵ A criação de assentamentos acompanha, segundo o estudo de Clifford Andrew Welch, apresentado na reportagem de Mello (2010), da Agência Brasil, o ritmo das ocupações de terras organizadas pelos movimentos sociais. Em 2004, foram mais de 111 mil famílias envolvidas em 662 ocupações, que se consubstanciaram em 757 novos assentamentos criados em 2005, com 89.738 famílias assentadas. Enquanto em 2008 participaram apenas 26 mil famílias em 261 ocupações, o que se traduziu em 118 assentamentos, com 7.496 famílias beneficiadas e em 2007 foram 14.532 famílias em 186 assentamentos. Veja em: <<http://www.ecodebate.com.br/categoria/2010/03/09/reforma-agraria-depende-de-mobilizacao-social/>>.

⁶ Esses 4 milhões de “sem terras” são o número apresentado pelo MST em seu discurso e em suas reivindicações.

⁷ O Propera foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícola dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim,

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁸ e estende a política de previdência social para cerca de 6 milhões de trabalhadores rurais, conforme determinação presente na Constituição de 1988.

Torna-se evidente a opção pela categoria “agricultura familiar” em detrimento da categoria “camponesa” como forma de viabilização de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, baseado na industrialização globalizada, deixando por fazer uma reforma agrária que transformasse as relações de poder no campo e através da qual as famílias camponesas pudessem ser sujeitos nessa história. Segundo Fernandes (2001, p.32),

[...] o que há de novo é que desde o início da década de 90, surgiu outra leitura desse processo em que se defende a integração ao capital. Essa é a tese da agricultura familiar. Compreende a diferenciação e as desigualdades, mas – evidente – não discute a perspectiva de luta contra o capital, entendendo o desenvolvimento do agricultor familiar na lógica do capital.

Para Fernandes (2008), o debate entre a agricultura familiar e o campesinato remete à discussão entre dois paradigmas: o paradigma do Capitalismo Agrário e o paradigma da Questão Agrária, que na realidade, tornam-se “modelos de análise do desenvolvimento da agricultura”. Segundo esse autor, “diferentemente do paradigma da Questão Agrária em que o camponês é um sujeito subalterno que resiste ao capital, no paradigma do Capitalismo Agrário o camponês é um objeto em sua plenitude, a ponto de sofrer uma metamorfose para se adequar à nova realidade em formação”.⁹

Ao analisar a questão da agricultura e o papel do Estado na Europa Ocidental no período pós II Guerra Mundial, Abramovay (1992) vincula o fato da existência e organização de uma agricultura de base familiar que levou os países que compunham a Comunidade Econômica Europeia a alcançar a marca de segundo maior exportador de alimentos. Essa conquista pode ser tributada aos seguintes fatos: um específico desenvolvimento tecnológico e pesquisa agrícola; controle do mercado a partir de uma política de subsídios e créditos que garantiram os preços na remuneração da produção; uma política de infraestrutura; controle do fluxo migratório nas atividades agrícolas e, por fim, uma forte política de organização setorial que preserva a agricultura. Entretanto, esse autor destaca a preocupação na manutenção do meio rural, “sua revalorização” e o direcionamento de produtores para outras atividades não necessariamente agrícolas, a pluriatividade, como forma de criação de alternativas às crises oriundas das oscilações de preços em função do mercado e da superprodução que ocorria naquele momento da história europeia.

A pluriatividade, conforme definida e entendida pela maior parte dos autores acima citados, tem estreita relação com o processo de descentralização da indústria nos espaços agrários. Dessa forma, a tendência do capital é a de se utilizar do trabalho camponês como mão de obra barata com a finalidade de obter maior acumulação através da mais-valia produzida nessas relações.¹⁰ Assim, o estímulo à pluriatividade nos espaços dos assentamentos da reforma agrária ampliaria a tendência do desaparecimento do camponês

permitir a sua “emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva. (REZENDE, 1999).

⁸ O Pronaf destina-se ao apoio financeiro a projetos individuais ou coletivos voltados para atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas por agricultores familiares e assentados da reforma agrária, mediante o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

⁹ A discussão sobre o campesinato foi tratada por Martins (2000), Fernandes (2000), Stédile (1994) e Abramovay (1992), mas para fins deste artigo não a aprofundaremos por considerarmos que não é o foco principal deste trabalho.

¹⁰ O conceito marxista de mais-valia, utilizado neste texto, difere da análise de David Ricardo ou da concepção de Adam Smith que a entendiam, tanto como o resultado da troca injusta entre o trabalhador e o patrão capitalista, quanto pela quantidade de trabalho determinado pela mercadoria acima do trabalho que custara, ou seja, o lucro como um sobreproduto. Para Marx, a mais-valia é produzida no processo de produção, seja pela extensão da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), seja pela redução do tempo de trabalho necessário para que o trabalhador crie um valor equivalente ao de sua força de trabalho (mais-valia relativa). (SANDRONI, 1992, p.77; BOTTOMORE, 2001, p.228; GORENDER, 1996, p.41).

e a sua imediata transformação em assalariado fabril, mesmo que se mantivesse como morador, o que geraria uma conflitualidade, e, nesse processo, sua desterritorialização. (FERNANDES, 2009).

Em entrevistas que compõem uma pesquisa em andamento,¹¹ os assentados, em sua maioria, defendem que os trabalhos não agrícolas são aceitos em caráter de excepcionalidade, em momentos de crise ou dificuldades financeiras, mas sempre de forma temporária, uma vez que o essencial é que a terra do assentamento esteja produzindo alimentos. Exceção às atividades envolvendo a agroindústria local coletiva, com a finalidade de processamento dos alimentos produzidos no assentamento, frutas e laticínios ou atividades de costura para as mulheres que têm uma aplicabilidade e utilização local da produção.

É a resposta do assentado L.08,¹² quando indagado se concorda com outras atividades não agrícolas no assentamento:

É outra atividade, mas eu num sô muito de acordo com elas não. Eu acho que mais nós temos é que trabalhar aqui no lote! Até dá pra nós sair vendendo aqui no Santa Teresa, em Cascavel [...] mas que saia daqui, produto nosso daqui, né! Eu sou contra (atividades não agrícolas).

Ou na fala da L.09, que assume a existência de um projeto para a organização de uma oficina de costura e uma fábrica de conservas no assentamento envolvendo as mulheres. Diz ela:

Dentro do assentamento, nós até fizemos uma discussão [...] umas mulheres aí [...] a gente ia começar a fazer tapetes [...] costura, e aí vendas, né? Pensamos também futuramente de fazer uma fábrica de roupa [...] pensamos também em [...] porque essa reunião de sábado já é pra discutir a associação, né? Conseguir algum projetinho [...]. Todo mundo plantou fruta, né? Então, o que a gente pode fazer com as frutas; pode fazer compota, fazer doce [...] e nós temos esse pensamento. Fazer ali na comunidade, fazer um tipo [...] um coletivo, né?

E o do L.10, que se dedica plenamente às atividades agrícolas em seus cinco hectares e diz:

[...] mas primeiro lugar eu digo que nós peguemos a terra e depois não vai usar ela e deixar abandonada, também eu acho errado. [...] Então daí eu peguei uma terra. O governo me ajudou. E eu deixar isso, pegar só pra morar? Só pra morar eu moro dentro desse quadrinho aqui, ó! Tem aqui, ó, 20 metros quadrado, eu tô morando aqui! Pra que eu vou pegar 5 hectares só pra morar?

A reforma agrária vem sendo discutida e disputada, política e ideologicamente, durante toda a história republicana do Brasil. Porém, a partir da década de 1950, ela se amplia nos enfrentamentos com o Estado. O Estatuto da Terra, assinado pela ditadura militar, em 1964, ficou engavetado durante mais de 20 anos. Com a Nova República e a Nova Constituição de 1988, essa disputa sofreu forte influência dos setores orgânicos da oligarquia agrária, naquele momento representada pela União Democrática Ruralista (UDR) e pela Sociedade Rural Brasileira (SRB). Por isso, houve um grande retrocesso nos entendimentos jurídicos do significado do latifúndio por dimensão. Com isso, diversas dificuldades para a concretização da alteração da estrutura agrária foram sendo interpostas

¹¹Entrevistas concedidas pelos produtores do assentamento Olga Benário, em Santa Tereza do Oeste, Estado do Paraná ao engenheiro agrônomo Antonio Maciel Botelho Machado, durante o mês de março de 2009, para seu projeto em nível de doutorado.

¹²Com a finalidade de preservar a identidade desses assentados, seus nomes foram omitidos neste artigo.

entre os movimentos sociais de luta pela terra e os interessados na manutenção da atual concentração agrária.

Os conflitos no campo e a violência nos espaços rural e urbano ainda são problemas políticos e sociais de primeira ordem, não resolvidos pelo Estado. Assim, a reforma agrária, no Brasil, tem como objetivo promover, de forma ampla, a viabilidade e a democratização do acesso à terra, em condições da prática agrícola em bases sustentáveis.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no período de 2003 a 2009, declara que já assentou mais de 500 mil famílias, com um investimento na reforma agrária na ordem de R\$ 14 bilhões. Para o ano de 2010, o presidente Lula já declarou que pretende assentar mais 100 mil famílias. Os movimentos sociais questionam estes números, uma vez que o orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual (LOA), de R\$ 4,9 bilhões, foi reduzido em 11,6% em relação ao ano de 2009, que foi de R\$ 5,6 bilhões.

Em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) divulgou um estudo com os dados do Censo Agropecuário 2006, realizado pelo IBGE, que mostra a participação do segmento “Agricultura Familiar”, no cenário produtivo do Brasil, como sendo “responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos, e ainda 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%)”¹³ (MDA, 2010).

Segundo esse Censo Agropecuário, o Brasil possui 4.367.902 estabelecimentos considerados de agricultura familiar, o que significa 84,4% do total de estabelecimentos. Em relação à área ocupada, esse segmento detém apenas 24,3% (80,25 milhões de hectares) da área de todos os estabelecimentos rurais do País.

Por fim, o estudo revela, em relação ao 'Valor da Produção', que “apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões) desse total. Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. O valor bruto da produção na agricultura familiar é 677 reais por hectare/ano”. (MDA, 2010)

Esses resultados apresentados pelo IBGE e analisados pelo MDA ressaltam o papel estratégico das pequenas propriedades rurais, de base familiar, que produzem alimento para o autoconsumo e, também, para a comercialização dos excedentes. Fica evidente, nesses estudos, a alta concentração de terras no país, com coeficiente de Gini de 0,544, o que demonstra a existência de terras ociosas que poderiam ser revertidas para fins de reforma agrária.

Torna-se importante salientar a preocupação crescente que os Movimentos Sociais relacionados com a questão agrária têm construído com suas bases sociais no sentido da adoção da agricultura ecológica, ou agroecologia. Com isso, em um breve espaço de tempo, o Brasil tomará consciência do significado ambiental desse modo de relacionamento do produtor rural com a terra, economizando insumos externos, otimizando as relações bióticas e abióticas nos territórios envolvidos e ampliando a base da agrobiodiversidade em toda a sua plenitude.

Dessa forma, deve-se implementar uma reforma agrária que não foque apenas o mercado e o capital como referências, mas sim as demais esferas de suas dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, que apontam para o exercício de um sistema de relações do trabalho rural em bases solidárias e cooperativadas, dando lugar a espaços da produção camponesa onde os assentamentos seriam os *loci* de múltiplas atividades individuais e coletivas, e só assim haveria a possibilidade de que os produtores rurais assentados em todo o País se consolidassem como os reais protagonistas de todo este processo.

¹³Veja em

<http://www.brasil.gov.br/noticias/ultimas_noticias/300909-14/view?searchterm=censo%20agropecu%C3%A1rio>. Consultado em 24/02/2010.

Num país como o Brasil ainda existe um quadro de fome e desnutrição, reconhecido não só pelos números e cifras apresentadas pelos Movimentos Sociais, mas também pelo próprio governo, que busca soluções em programas como a Compra Direta da Agricultura Familiar, o Fome Zero, e seu sucessor, o Bolsa Família, que já significam avanços efetivos nessa luta, mas não modificam a arcaica estrutura fundiária brasileira. Conforme argui Thomaz Junior (2010), “como se pretende acabar com a fome sem um Programa efetivo e abrangente de Reforma Agrária, voltado essencialmente para fortalecer a agricultura camponesa, produtora de alimentos?” E citando Josué de Castro que dizia: “Denunciei a fome como flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens”, Thomas Junior (op. cit.) complementa que “inevitavelmente teríamos que vincular a estrutura social (e agrária) como elemento fundante e fundamental para pensarmos sobre a chaga da fome”.

O texto de Dom Tomás Balduino¹⁴ explicita o papel estratégico da reforma agrária; para ele:

a reforma agrária deve ser entendida em uma forma ampla. Não é aquela que divide o chão, mas a que inclui o posicionamento das quebradeiras de coco, dos seringueiros, dos ribeirinhos, dos quilombolas e até dos indígenas que têm um relacionamento *sui generis* com a terra.

O outro, mais ecológico, é no sentido de preservar o bioma amazônico e, ao mesmo tempo, todos os biomas do país que estão ameaçados pelo agronegócio. [...] Ao invés de estimular com subsídios, com grandes verbas o agronegócio, o governo deveria apoiar e defender as organizações populares na linha da convivência com a terra.

Considerações finais

Este artigo buscou contrapor dois conceitos que navegam em direções antagônicas e contraditórias: o conceito de agricultura camponesa e o de pluriatividade.

O primeiro, da agricultura camponesa, deve chamar para si o processo estratégico de manter a sua função fundamental de produzir alimentos e, em decorrência, com o papel de ampliar e melhorar as condições de vida da população rural, conservar o meio ambiente, além de preservar a cultura e as tradições do campo. Esse conceito associa-se à necessidade urgente de uma reforma agrária massiva e imediata, que amplie as experiências bem sucedidas de assentamentos rurais espalhados pelo Brasil e, mesmo assim, carentes de apoios técnicos oficiais de assistência técnica e extensão rural na perspectiva agroecológica.

O segundo, a pluriatividade, que vai deprimindo a função agrícola da unidade familiar rural, transformando de forma progressiva o espaço agrícola em, simplesmente, moradia no espaço agrário, enfraquecendo sua função fundamental, que é a produção de alimentos e reduzindo a íntima relação que os camponeses estabeleceram historicamente com cada agroecossistema dos assentamentos rurais. A pluriatividade separa a produção da reprodução e aproxima a família, cada vez mais, de uma realidade proletária, cuja tendência é a sua própria destruição enquanto unidade camponesa. A este conceito alia-se a necessidade de uma reforma agrária como política marginal e compensatória.

Quanto à questão da pluriatividade, o texto destaca que esse conceito foi forjado no bojo das políticas neoliberais que determinaram a hegemonia das relações econômicas na maioria dos países que compõem o domínio capitalista nestes últimos 30 anos. A pluriatividade deve ser considerada como uma estratégia do capital, em seu processo de acumulação, caso se considere que o espaço rural não tem mais a função principal na produção de alimentos por parte do segmento da agricultura de base familiar, o que já ficou

¹⁴[Ecodebate](http://www.ecodebate.com.br/2009/04/07/reforma-agraria-deve-ser-entendida-em-forma-ampla-defende-d-tomas-balduino/) (07/04/2009) publicado pelo [IHU On-line](http://www.ihuonline.org.br/), 06/04/2009 [IHU On-line é publicado pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, em São Leopoldo, RS.]. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2009/04/07/reforma-agraria-deve-ser-entendida-em-forma-ampla-defende-d-tomas-balduino/>>, Consulta realizada em 14 mar. 2010.

demonstrado pelos números oficiais da produção agrícola da chamada “agricultura familiar”, ficando claro que isso é um discurso ideológico. Caso fosse verdade, caberia a aplicação de políticas públicas compensatórias e recursos voltados para o estímulo do ingresso da mão de obra proveniente desse tipo de agricultura para outras atividades não agrícolas, que passariam a preencher o espaço agrário, como aconteceu na Europa após o PAC. Assumindo-se, dessa forma, que a produção de alimentos estaria por conta das unidades empresariais de produção agrícola, altamente tecnificadas, com o uso intensivo de mão de obra assalariada, aplicação massiva de insumos químicos na natureza como única forma de geração de lucros.

Compreende-se que a opção do camponês em assumir trabalhos não agrícolas desvinculados de sua unidade de produção ou de seu grupo de trabalho (associação, sindicato, cooperativa e demais estruturas coletivas), como forma de aumentar sua remuneração, termina por excluí-lo do processo produtivo em função da própria lógica capitalista.

Contrariamente, considera-se que o campesinato deva buscar centralidade no atual modelo de desenvolvimento do Brasil porque tem condições de produzir alimentos e de adaptar-se aos diferentes ecossistemas existentes no País; possibilidade de praticar uma agricultura ecológica, que reduz o uso de recursos não renováveis e diminui o uso de insumos químicos poluentes (adubos e agrotóxicos); capacidade de reverter o fluxo migratório no sentido urbano-rural, reduzindo a pobreza da população brasileira.

Ao defender a tese deste artigo, os autores consideram as aspirações e as necessidades objetivas e subjetivas da família camponesa que foram ampliadas na atualidade, com a aproximação do mundo rural ao urbano. Marx (1989) já afirmava: “para que os homens consigam fazer história, é absolutamente necessário, em primeiro lugar, que se encontrem em condições de poder viver; de poder comer, beber, vestir-se, alojar-se, etc.”. Hoje, pode-se acrescentar o computador, a escola dos filhos, a televisão, o carro, além de uma enorme lista de bens e serviços necessários e essenciais às famílias modernas, sejam rurais ou urbanas. Por isso, entende-se que esse novo camponês deve ter o direito à terra e o Estado deve responder com a realização da reforma agrária e a disponibilização de todas as condições estruturais para a produção, armazenamento, distribuição e comercialização em bases sustentáveis. Além disso, deve priorizar as políticas de apoio e incentivo à agricultura camponesa:

- ampliando os investimentos em ciência e tecnologia, para sistemas mais eficientes sob a ótica não só econômica, mas também social, cultural e ambiental;
- consolidando uma agricultura focada em produção de alimentos em sistemas agroecológicos e agroflorestais, de melhor qualidade e baixo custo;
- incentivando a formação de agroindústrias cooperativadas, agregando valor aos produtos;
- propiciando o aumento da produção e da produtividade do setor agrícola, a partir do estímulo, valorização e ampliação da agricultura camponesa;

Essas políticas só serão efetivamente transformadoras na medida em que estiverem inseridas em um processo massivo de reforma agrária; quando houver um compromisso e prioridade da máquina pública com a pesquisa agropecuária e florestal e a assistência técnica em bases agroecológicas e, por fim, um avanço na legislação brasileira no que diz respeito ao limite máximo do módulo rural para a propriedade da terra, questão essa, derrotada com o Plano Nacional de Reforma Agrária,¹⁵ mas que se torna necessária e atual, como forma de inibir a re concentração de terras por força do capital.

¹⁵O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi assinado em 10 de outubro de 1985, pelo então Presidente José Sarney, período anterior à promulgação da Constituição de 1988, criando a figura do latifúndio produtivo (SILVA, 1985, p.145) que abriu uma brecha na lei maior, para a manutenção da mesma estrutura agrária presente na Constituição de 1967, período ápice do regime militar.

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer à comunidade do assentamento Olga Benário, em Santa Tereza do Oeste, Estado do Paraná, palco da pesquisa de doutorado do primeiro autor, que muito contribuiu com suas experiências e vasto conhecimento camponês.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: Hucitec/Ampocs/Editora da Unicamp, 1992. p.135-207.

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade brasileira? In: TEDESCO, J. O capital C. (Coord.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3 ed., Passo Fundo: UPF, 2001. p.149-175

ANTUNES, R. L. C. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho, São Paulo: Boitempo, 2005.

BOOTOMORE, T. (Edit.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CARDOSO, F. H. Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Fao), Roma, em 18/11/1999. Disponível em: <ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/discpr/1999/2889.pdf>. Acesso em 28 mar. 2010, 01:18h.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sérgio. (Coord.). A diversidade da agricultura familiar. Série Estudos Rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.165-185.

CHAYANOV, A. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. 342p.

_____. Viaje de mi hermano Alexis al país de la utopia campesina. In: Cuadernos de pasado y presente, v.94, 2ª ed. México: Ediciones pasado y presente, 1987.

FAO. Food Outlook, Global Market Analysis, Novembro de 2008. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/011/ai474e/ai474e14.htm> Acesso em 15 mar. 2010, 02:34h.

FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

_____. Questão agrária, pesquisa e o MST. Coleção Questões da Nossa Época, v.92, São Paulo: Ed. Cortez, 2001. 120p.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. pp. 173-224.

_____. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S.. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GORENDER, J. Apresentação. In: MARX, Karl. O Capital, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HERVIEU, B. Los campos del futuro. Madri: Ed. MAPA, 1996. p.24-109

IANNI, O. A era do globalismo. 4.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p.256

- KAUTSKY, K. A Questão Agrária. Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1986. p.401
- MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. 3.ed., Petrópolis: Vozes, 1986. 231p.
- _____. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. 173p.
- MARX, K. O capital. I.1, v.2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968a. pp.580-924
- _____. O capital. I.3, v.6, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968b. pp.703-1079
- _____. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1975.
- _____. O capital. I.1, v.1, Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____.; ENGELS, F. A ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 97p.
- MELLO, D. Reforma agrária depende de mobilização social. EcoDebate, 09-03-2010. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/categoria/2010/03/09/reforma-agraria-depende-de-mobilizacao-social/>>. Acesso em 14 mar. 2010, 11:34h.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 1103p.
- REZENDE, G. C. de. Programa de crédito especial para Reforma Agrária (Procera): Institucionalidade, subsídio e eficácia. TEXTO PARA DISCUSSÃO No 648, IPEA, Rio de Janeiro, maio de 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0648.pdf>. Acesso em: 17 set. 2010.
- SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. Pelotas: EGUFPEL, 2003 374p.
- SANDRONI, P. O que é mais-valia. 12.ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.
- SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, 205p.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.18, n.51, p.99-121, fevereiro, 2003.
- SILVA, J. G. da. Caindo por terra: crises da Reforma Agrária na Nova República. São Paulo: Editora Busca Vida, 1985. 228p.
- SILVA, J. G. da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, SP: Unicamp.IE, 1996. 217p.
- STÉDILE, J. P. (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.
- THOMAZ JUNIOR, A. Desenvolvimento Destrutivo das Forças Produtivas, a Insustentabilidade do Capital e os Desafios para a Produção de Alimentos. Presidente Prudente, São Paulo, Mimeografado, 2010.
- VARKEY, M. Depeasantisation and Threat to 'Food Sovereignty. Kerala, India: Vichara Mavelikara, 2010. Disponível em: <<http://vichara.in/research>>, acesso em 16 ago. 2010, 15:00h.